

PARMÊNIDES E FREGE: UM BREVE ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O POEMA SOBRE A NATUREZA E AS INVESTIGAÇÕES LÓGICAS

*Rafael Huguenin**
rafahuguenin@gmail.com

RESUMO *O presente texto tem como objetivo estabelecer algumas relações entre o poema de Parmênides e as Investigações Lógicas, de Frege. Mais especificamente, nosso objetivo é iluminar certos aspectos do poema de Parmênides por meio de uma comparação com certas noções utilizadas por Frege para caracterizar aspectos centrais de seu pensamento.*

Palavras-chave *Parmênides, Frege, ser, metafísica, oralidade, linguagem.*

ABSTRACT *The aim of this paper is to establish some relationships between Parmenides' Poem and Frege's Logical Investigations. More specifically, our objective is to illuminate some aspects of the Parmenides' Poem by comparing it to certain notions used by Frege in his Logical Investigations.*

Keywords *Parmenides, Frege, being, metaphysics, orality, language.*

* Professor de Filosofia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro. Artigo recebido em 14/09/2011 e aprovado em 26/12/2011.

ξυνὸν δὲ μοί ἐστιν,
ὀππόθεν ἄρξομαι: τόθι γὰρ πάλιν ἴξομαι ἀθῆς

É comum para mim
onde começo: pois ali voltarei novamente.

(Parmênides, B2 5.1-2)

You say I am repeating
Something I have said before. I shall say it again

(T. S. Eliot, *Four Quartets*)

O presente texto tem como principal objetivo estabelecer algumas relações entre o poema de Parmênides e as *Investigações Lógicas*, de Frege. Mais especificamente, nosso objetivo é iluminar certos aspectos do obscuro poema de Parmênides por meio de uma comparação com noções utilizadas por Frege para caracterizar aspectos centrais de seu pensamento. Antes, porém, de estendermo-nos na circunscrição deste tema propriamente dito, faz-se necessário justificar não apenas a relação, para muitos inusitada, entre Frege e Parmênides, mas a própria perspectiva que orienta nosso trabalho geral de pesquisa e este texto em particular, perspectiva esta que consiste em investigar questões da filosofia antiga por meio do emprego de recursos e técnicas desenvolvidas pela tradição da filosofia analítica. Ainda que nos países anglo-saxões esta perspectiva seja comum e extremamente frutífera, no Brasil ela ainda é vista com certa reserva, sobretudo pelos estudiosos de filosofia antiga ligados à filosofia francesa. A questão que ora se coloca, portanto, consiste em justificar esta perspectiva mesma. Pois bem, será que a filosofia analítica pode auxiliar o estudioso da filosofia antiga?

É verdade que o trabalho de interpretação e análise dos textos filosóficos antigos pode se beneficiar imensamente das técnicas de análise lógica e semântica que foram desenvolvidas no âmbito da tradição analítica¹. No entanto, ao lançar mão destas técnicas, não seria exagero afirmar que nos encontramos em uma posição privilegiada para compreender os filósofos antigos? Ou seja, será que, de posse destas técnicas mesmas, estamos mais bem equipados para reconhecer os méritos e insuficiências no tratamento

1 A professora Maura Iglésias, em artigo intitulado *A Relação entre Não-Ser como Negativo e o Não-Ser como Falso no Sofista de Platão* (In: *O Que nos Faz Pensar*, n. 11, 1997:8), reconhece os ganhos interpretativos da utilização de uma perspectiva analítica: “quando Platão, Aristóteles, ou seja quem for, estiver falando disso [de questões de linguagem], a abordagem ‘analítica’ é, no meu entender, a mais adequada, senão a única adequada, para entender o que se passa nos textos”.

antigo de certas questões filosóficas? Ainda que seja uma extravagância sustentar que podemos compreender os filósofos antigos melhor do que os seus próprios contemporâneos² e até mesmo melhor do que estes próprios filósofos, há um fundo de plausibilidade nesta posição, conforme tentaremos mostrar nas linhas que seguem.

Suponhamos duas sentenças S e S' , ambas expressas por frases em grego tão similares na sintaxe superficial e no vocabulário que cada uma delas pode ser lida indistintamente como se fosse a outra. Ou seja, trata-se de sentenças ambíguas³, de modo que, enquanto S , por um lado, pode ser tomada como consistente com outras sentenças já assumidas por um filósofo em um dado contexto argumentativo, a sentença S' , por outro lado, se revela inconsistente. Equipados com um aparato apropriado que nos permita deixar explícitas as diferenças entre S e S' e as consequências resultantes da aceitação de uma ou de outra, seremos capazes de sustentar e mostrar com mais segurança que, em determinado passo de um argumento no qual um filósofo antigo não tem nenhum interesse em assumir algo diferente de S , esta sentença então deve ser atribuída a ele, ou seja, é exatamente S o que ele quis dizer.

Sem as ferramentas apropriadas que elucidem formalmente as diferenças entre S e S' , corre-se o risco de negligenciar estas diferenças mesmas, encorajando assim a interpretação da sentença em questão como S' em contextos nos quais não há elementos suficientes para a exclusão desta leitura. Neste caso, portanto, guardadas as devidas proporções, torna-se inteiramente plausível a afirmação de que, munidos dos recursos contemporâneos de análise lógica e semântica, podemos, em certo sentido, compreender um filósofo antigo de modo mais claro e privilegiado – e talvez *melhor* até que esses próprios filósofos –, uma vez que somos capazes de (i) compreender com mais clareza o que ele quis dizer em uma dada sentença por meio de um inventário formal de suas possibilidades lógicas de interpretação e (ii) avaliar as vantagens e as desvantagens lógicas de sentenças incautamente construídas⁴.

2 Esta é a posição, por exemplo, de Fernando Ferreira em seu artigo *On the Parmenidean Misconception* (In: *Philosophiegeschichte und logische Analyse*, n. 2, 1997:4), no qual sustenta que “hoje nos encontramos numa posição incomparavelmente superior à dos antigos para apreciar as sutilezas da questão Parmenídea”.

3 Ou seja, lançando mão aqui de uma expressão cunhada por Gilbert Ryle no artigo *Expressões Sistemáticamente Enganadoras* (In: *Ensaio. Coleção Os Pensadores*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1975:11), trata-se de sentenças sistematicamente enganadoras, na medida em que “são expressas numa forma sintática inapropriada aos fatos registrados e, ao contrário, apropriada a fatos de uma forma lógica inteiramente diversa da dos fatos registrados”, sugerindo assim a algumas pessoas que o estado de coisas expresso pela sentença em questão é diferente do que de fato é.

4 O argumento deste parágrafo e do anterior consiste em um resumo da posição assumida por Gregory Vlastos na *Introdução* que escreveu para a coletânea de artigos intitulada *Plato I: A Collection of Critical*

No entanto, o uso indiscriminado destes recursos pode nos levar facilmente a projetar sobre o texto antigo uma série de distinções conceituais que foram desenvolvidas ao longo de mais de dois milênios de discussões filosóficas, resultando em interpretações perigosamente anacrônicas. Para evitar este problema, devemos buscar o equilíbrio, muitas vezes tênue, entre explicações filosoficamente válidas para os nossos padrões e o máximo possível de evidências históricas e filológicas. Além disso, devemos também nos esforçar ao máximo para trazer à tona mais elementos para a devida formulação dos problemas, e estes elementos nem sempre estão explícitos nos textos. Trazer mais elementos para a interpretação significa não apenas estabelecer maiores pontos de contato entre as partes do texto, mas também relacionar o próprio texto com o horizonte cultural do qual ele emerge, sobretudo no que diz respeito às assunções conceituais tácitas que formam as bases mesmas do esquema conceitual de um grego daquele período. Muitas vezes, estas assunções, por nos serem demasiadamente óbvias ou talvez extravagantes, são negligenciadas, impossibilitando não só a devida compreensão dos problemas colocados nos textos, mas até mesmo por que constituíam efetivamente problemas.

Devemos levar em conta também que, no campo geral dos estudos clássicos e, mais especificamente, no campo do estudo de textos clássicos de filosofia, que consiste basicamente em uma tarefa de interpretação de textos, oferecer alternativas de interpretação em adição às que se encontram no centro das discussões⁵ é uma das únicas formas de aumentar o conteúdo empírico disponível, dando a este campo de estudo um caráter mais científico, desde que se respeite o já mencionado equilíbrio entre evidências contextuais-filológicas e explicações filosoficamente válidas. Sendo assim, se relacionarmos o texto de Parmênides com o contexto cultural no qual foi composto e, além disso, nos esforçarmos em considerar certas passagens importantes à luz dos recursos de análise hoje disponíveis, então teremos mais elementos para oferecer uma interpretação filosoficamente satisfatória.

Essays (Plato I: A Collection of Critical Essays: Metaphysics and Epistemology. Notre Dame: University of Notre Dame, 1978:1-5).

5 Trata-se de uma menção feita por Alexander Mourelatos em seu artigo *Some Alternative in Interpreting Parmenides* (In: *The Monist*, v. 62, 1979:5) ao *pluralismo tolerante* que, segundo Feyerabend, caracteriza a metodologia científica. No caso da interpretação do poema de Parmênides, Mourelatos sustenta que aumentar o conteúdo empírico disponível significa "to make connections with the epic tradition, the medium which he employs in his poetry; to make connections with his philosophical predecessors and successors; most importantly, to make contact on as many points as possible with the 150 or so lines of the poem that have been preserved".

As considerações acima norteiam nosso trabalho de interpretação dos textos da filosofia antiga, nosso principal campo de estudo. A partir desta perspectiva, desenvolvemos nos últimos anos uma interpretação do poema de Parmênides que tem como principal objetivo reavaliar a posição deste autor como um filósofo imbuído exclusivamente de preocupações metafísicas. Assim, em um artigo recentemente publicado, propusemos que a maior preocupação de Parmênides não era propriamente oferecer uma teoria geral da realidade, mas estabelecer uma sintaxe apropriada do discurso filosófico então nascente. Esta preocupação teria conduzido Parmênides a adotar a estrutura predicativa como a mais indicada ao discurso filosófico. Para isso, ele precisou reforçar, contando principalmente com recursos poéticos, alguns aspectos filosoficamente importantes desta construção, em especial o caráter durativo, eterno, imutável e objetivo do verbo *ser* em uma predicação que se apresenta como veículo de discurso científico e filosófico.

No presente texto, portanto, retornaremos mais uma vez a este tema com o objetivo de iluminá-lo a partir de outra perspectiva. Partimos do pressuposto de que a noção de predicação exerce um papel fundamental não apenas no que diz respeito aos temas discutidos no poema de Parmênides, mas em toda a história da filosofia. Afinal, “tratar toda sentença da linguagem natural e da lógica como uma predicação” não é apenas uma simples “variação sobre um tema fregeano”⁶, nem mesmo apenas um aspecto crucial para o projeto de encarar a lógica como uma expressão da realidade, mas a forma fundamental de expressar a ciência e o conhecimento em geral⁷. Nas páginas que seguem, tentaremos oferecer, a partir de uma perspectiva histórica, uma pequena contribuição a esta temática, encarando o poema de Parmênides como o primeiro texto no qual a predicação é instaurada ou, para utilizar uma expressão mais fraca, no qual a predicação é tematizada. Sendo assim, a partir de uma lista de construções logicamente possíveis para a tese inicial de Parmênides, destacaremos em (I) qual foi a posição que assumimos anteriormente. Em (II), tentaremos reforçar esta interpretação, relacionando alguns aspectos do poema de Parmênides com algumas posições assumidas por Frege em *Investigações Lógicas*.

6 Estas passagens foram extraídas do texto do professor Oswaldo Chateaubriand intitulado *The Truth of Thoughts: Variations on Fregean Themes* (In: Greimann, Dirk (ed.). *Grazer Philosophische Studien, Essays on Frege's Conception of Truth*. n. 75, v. 1, 2007:203.

7 Ver, a esse respeito, o artigo de Uwe Meixner intitulado *From Plato to Frege: Paradigms of Predication in the History of Ideas* (In: *Metaphysica. International Journal for Ontology and Metaphysics*, n. 10, 2009:199-214). Segundo este autor, em virtude da economia e da simplicidade que caracterizam o discurso científico, sentenças predicativas simples exercem um papel indispensável.

I

No fragmento B2 do poema de Parmênides, são apresentados dois caminhos de investigação: (i) “um <caminho> que *é* e que não *é* não ser” (ἡ μὲν ὅπως ἔστιν τε καὶ ὡς οὐκ ἔστι μὴ εἶναι), caminho de persuasão, que sempre acompanha a verdade e (ii) “outro <caminho> que *não é* e que necessariamente *é* não ser” (ἡ δ’ ὡς οὐκ ἔστιν τε καὶ ὡς χρεῶν ἔστι μὴ εἶναι)⁸, caminho vedado e completamente inescrutável. Analisemos brevemente as duas sentenças. As expressões ὅπως e ὡς podem ser traduzidas tanto como conjunções ou como advérbios, o que nos dá, respectivamente, duas possibilidades de tradução: “um <caminho que diz> *que é...*” ou ainda “um <caminho que diz> *como é...*”. Em (i) e (ii), optamos por traduzi-las como conjunções. Deste modo, elas introduzem novas sentenças. Neste caso, trata-se de sentenças constituídas unicamente pelo verbo ser (ἔστι), sem qualquer sujeito ou predicado explícito. Assim, o primeiro caminho de investigação é aquele que diz simplesmente “*é*”. Mas o que é que *é*? Ou seja, qual é o sujeito para as quatro ocorrências do verbo *ser* na terceira pessoa do singular do presente ativo (ἔστι)? Qual é o uso do verbo *ser* que nos fornece a interpretação apropriada desta passagem?

Simplifiquemos a questão. Ao invés de nos indagarmos pelos “sentidos originários” do verbo ser, pensemos simplesmente em algumas construções logicamente possíveis. Pois bem, quais são as construções logicamente possíveis para um “*é*” (ἔστιν) em uma sentença sem nenhum sujeito ou predicado explícito? Neste ponto, faz-se oportuno lançar mão de alguns recursos de análise, conforme mencionados no início do artigo. Sendo assim, elencaremos abaixo, sem nenhuma pretensão de exaustividade, algumas possibilidades de construção. As possibilidades são apresentadas em uma notação lógica e em sentenças equivalentes em português, seguidas de alguns comentários explicativos⁹.

(1) <A> *existe*: Utilizamos sentenças com esta estrutura quando afirmamos, por exemplo: “ele existe” ou ainda “isto existe”, referindo-se a pessoas ou objetos cuja identidade permanece momentaneamente indeterminada ou obscura. Temos aqui uma espécie de sentença elíptica, sem um sujeito explícito, sujeito este que pode, no entanto, ser determinado facilmente a partir do contexto precedente ou subsequente. Trata-se de uma

8 A tradução das passagens em grego, quando não apresentarem nenhuma indicação em contrário, é de nossa responsabilidade. Como base para as referências ao texto parmenidico tomamos o texto estabelecido na edição Diels-Kranz (*Die Fragmente der Vorsokratiker*. 3 v. Zürich: Weidemannsche Verlagsbuchhandlung, 2004).

9 Esta parte do artigo é um resumo da análise mais completa oferecida por Mourelatos no apêndice II de *Route of Parmênides* (Las Vegas: Parmenides Publishing, 2007).

sentença na qual tanto o sujeito quanto o predicado possuem um sentido definido, ou seja, ambos podem ser vistos como constantes.

(2) $(\exists x)Fx$: Existe um x tal que x é F . Ou seja, existe pelo menos uma coisa (ou um objeto ou um item) que possui uma certa propriedade. Quando dizemos, por exemplo, “existe algo que é animal” ou ainda “há um objeto que é uma caneta”. O que temos aqui não é exatamente a atribuição de uma propriedade a um dado objeto, mas apenas a asserção de que existe pelo menos uma coisa que é caracterizada por uma descrição específica. O predicado, neste caso, pode ser compreendido como uma constante, enquanto o sujeito é uma variável ligada a um quantificador existencial. Neste exemplo, a noção de existência é indicada pelo quantificador, de modo que o $\langle A \rangle$ que em (1) aparece como o sujeito é analisado aqui como o predicado F .

(3) $(\exists x)x$ existe: Existe um x tal que x existe. Utilizamos sentenças desta forma quando queremos sustentar, de modo geral, que algum objeto existe, que há uma coisa que existe, que há pelo menos um objeto existente. Neste exemplo, a noção de existência ocorre novamente como o predicado, ou seja, ela aparece na posição ocupada por F em (2). Assim, a noção de existência é indicada tanto pelo quantificador quanto pelo predicado *existe*.

(4) $(\exists x)\phi x$: Existe pelo menos um objeto que é _____. Existe um _____. Neste exemplo temos um predicado completamente indefinido. Deste modo, não temos aqui, estritamente falando, uma proposição genuína, uma vez que a sentença nada diz realmente, mas apenas representa a forma geral de uma asserção de existência da qual (2) é uma instância.

(5) ϕx : “_____ é _____”. Temos aqui um esquema geral da predicação, com as lacunas vazias indicando a posição do sujeito e do predicado. Esta construção assemelha-se a (4), com a exceção de que, neste caso, tanto o predicado quanto o sujeito são inteiramente indefinidos, de modo que o que está em jogo aqui é uma espécie de esquema geral ou simplesmente metalinguístico de asserções puramente atributivas.

De posse desta relação de possibilidades lógicas, digamos assim, podemos classificar as diversas interpretações oferecidas pelos especialistas e, a partir delas, melhor marcar a posição que assumimos anteriormente. Com isso, não aprofundaremos a discussão sobre os méritos e desvantagens de cada possibilidade ou mesmo se elas se confirmam a partir de evidências textuais. Limitar-nos-emos a passar em revista cada possibilidade e indicar, quando for o caso, os aspectos que nos interessam.

As opções (1) e (2) são pressupostas por todos aqueles que acreditam que o sujeito do “é” inicial deve ser revelado gradualmente a partir da leitura

e do entendimento das partes subsequentes do poema. Destacamos, como exemplos desta interpretação, Burnet, Guthrie e Owen, segundo os quais o sujeito deve ser interpretado, respectivamente, como “o corpo”, “o que é” (τό ἐόν) ou simplesmente “o que pode ser dito ou pensado”. O principal argumento contra esta interpretação consiste em sustentar que, se Parmênides tivesse realmente um sujeito em mente para o verbo, não faria sentido forçar os seus leitores a adivinhá-lo a partir das partes subsequentes do texto. Por que manter o sujeito deliberadamente oculto? Qual seria o sentido desta omissão? Além disso, dependendo do sujeito escolhido, o argumento pode ser lido como uma tautologia. Por exemplo, se o sujeito para o “é” for simplesmente “o que é” (τό ἐόν), a tese inicial de Parmênides se transforma em uma tautologia: “o que é é”, “é o que é” (τό ἐόν ἐστίν) ou simplesmente “o ser é” (τό ἐόν εἶναι). Ora, será que uma tautologia deste tipo pode servir como ponto de partida inicial para o argumento de Parmênides?

A opção (3) é adotada por todos os que interpretam o “é” (ἐστίν) inicial do argumento de Parmênides no sentido “impessoal”, em analogia com verbos como “chove” (βρέχει) ou “neva” (víφει). A analogia, no entanto, não nos parece muito esclarecedora, uma vez que podemos analisar “chove” como um caso especial de (2), ou seja, como $(\exists x)Fx$ ou simplesmente “há pelo menos um objeto que é chuva”¹⁰. Na verdade, os proponentes desta interpretação, dentre os quais destacamos Herman Fränkel¹¹, querem dizer outra coisa. Todos eles, no fundo, tratam o “é” como um caso de asserção existencial na qual o “existe” funciona como o predicado, uma vez que o sentido provável de uma sentença com essa forma pode ser entendido simplesmente como “há existência”. No entanto, como já mencionamos algumas linhas acima, em (3) a noção de existência é indicada duplamente tanto pelo quantificador quanto pelo predicado existe, de modo que a expressão é também tautológica, como alguns casos de (2) com sujeitos específicos como “o que é”, “o ente” ou simplesmente “o ser”.

Até recentemente, poucos autores adotaram (4) e (5) como análises do “é” inicial de Parmênides. O precursor deste tipo de interpretação foi o italiano Guido Calogero, em seu livro *Studi sull' eleatismo*¹², publicado em

10 Reconhecemos que a análise de sentenças como “chove” ou “neva” é complexa, além de ultrapassar o escopo restrito do presente artigo. Sendo assim, o exemplo oferecido deve ser visto como uma mera aproximação, como uma descrição provisória que tem como objetivo salientar a impropriedade da analogia entre um “é” impessoal e verbos como “chove” ou “neva”.

11 Ver, a esse respeito, o clássico artigo de Herman Fränkel intitulado *Studies in Parmenides* (In: Allen, R. E. and Furlley, D. J. *Studies in Presocratic Philosophy: The Eleatic and Pluralist*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975:1-47).

12 Calogero, Guido. *Studi sull' eleatismo*. Rome: Tipografia del Senato, 1932

1932. Ele foi um dos primeiros a propor que os “caminhos de investigação” no fragmento B2 devem ser compreendidas antes como *formas gerais* ou *esquemas* de juízos ou sentenças do que como juízos e sentenças propriamente ditos. Calogero, no entanto, também foi um dos que sustentou que Parmênides teria confundido os sentidos existenciais e predicativos do verbo grego ser, uma tese que, além de altamente discutível, atribui a um grande filósofo um equívoco relativamente simples. Ou seja, de acordo com esta interpretação, ele teria confundido (4) e (5). Mais recentemente, em um artigo¹³ que foi publicado em 1968 e se tornou influente, Montgomery Furth defende uma posição semelhante, mas sem atribuir a Parmênides qualquer tipo de confusão ou equívoco. Segundo este autor, o argumento inicial de Parmênides pode ser lido coerentemente tanto como (4) ou (5). Este artigo pode ser tomado como um protótipo do que Mourelatos definiu como a *interpretação standard*¹⁴ de Parmênides, estabelecida nos anos 1960 e 1970. Em virtude de sua clareza e economia, esta interpretação se tornou a interpretação padrão de Parmênides em língua inglesa.

O exemplo (5) foi adotado por Alexander Mourelatos no clássico *The Route of Parmenides*¹⁵, livro indispensável em qualquer bibliografia sobre o eleata. A interpretação deste autor pode ser vista como um caso especial de (5), ou seja, como uma construção na qual as expressões ὅπως ἔστιν e ὡς ἐστὶ do fragmento B2.2 são traduzidas adverbialmente (“como ____ é”). Segundo Mourelatos, esta possibilidade de tradução é equivalente ao que ele denomina *predicação especulativa*, um esquema geral para sentenças cosmológicas do seguinte tipo: “____ é ____”. Neste caso, não apenas o sujeito da predicação foi omitido por Parmênides, mas também o predicado. Neste sentido, (5) pode ser analisado como uma combinação de “ ϕx ” e “ $X = Y$ ”, na qual Y funciona

13 Furth, Montgomery. *Elements of Eleatic Ontology*. In: Irwin, Terence (ed.). *Philosophy Before Socrates*. New York: Garland Publishing, 1995:263-284.

14 Transcrevemos a seguir, em virtude de sua importância, uma passagem do artigo de Mourelatos intitulado *Some Alternatives in Interpreting Parmenides* (In: *The Monist*, v. 62, 1979:3-4): “In the work of interpreting Parmenides we have witnessed in the ‘sixties and ‘seventies, in English language scholarship, that rarest phenomena in the study of ancient philosophy, the emergence of a consensus. Four interpretatives theses now seem quite widely shared: (a) Parmenides deliberately suppresses the subject of *esti*, ‘is’, or *einai*, ‘to be’, in his statement of the two ‘routes’ of B2, his intention being to allow the subject to become gradually specified as the argument unfolds. (b) The negative route, *ouk esti*, ‘is not’, or *mê einai*, “not to be”, is banned because sentences that adhere to it fail to refer (semantically speaking) to actual entities. (c) The argument does not depend on a confusion between the ‘is’ of predication and the ‘is’ of existence. (d) In the relevant contexts, *esti* and *einai* involve a ‘fused’ or ‘veridical’ use of the verb ‘to be’; in other words, *esti* or *einai* have the force of ‘is actual’ or ‘obtains’, or ‘is the case’, envisaging a variable subject x that ranges over state-of-affairs”.

15 Mourelatos, Alexander P. D. *The Route of Parmenides*. Las Vegas: Parmenides Publishing, 2007.

como *explanans*. Para que este ponto fique mais claro, faz-se necessário resumir brevemente a posição do autor.

Mourelatos acredita que Parmênides dá continuidade às reflexões cosmológicas de seus antecessores. Assim, ele interpreta as ocorrências do verbo *ser* no fragmento B2 como um suporte proposicional para especulações cosmológicas. A via positiva sustenta que “*X* é realmente *Y*”, onde *X* representa o *explanandum* e *Y* o *explanans*. O verbo *ser*, nesta construção, funciona então como uma *rota* ou uma *via* que nos transporta da identidade manifesta de uma coisa para sua natureza ou identidade teórica subjacente, conforme ilustram os seguintes exemplos: “raio é descarga elétrica”, “mesa é nuvem de elétrons”, “pedras são realmente ar” (Anaxímenes) ou ainda “mundo é realmente fogo” (Heráclito). Neste contexto, a via negativa, que sustenta que “*X* é realmente não-*Y*” é vaga demais, pois aponta para outro lado que não a natureza profunda de *X*. O verbo *ser*, neste caso, funcionaria como um híbrido de predicação e identidade, de modo que os valores de *Y* dizem respeito a *individuos* e não a propriedades. A rejeição da via negativa, nesta perspectiva, é uma rejeição de predicados constitutivos, utilizados para especificar a natureza intrínseca de um dado elemento¹⁶.

Em um artigo intitulado *Sugestões para a Interpretação do Poema de Parmênides*¹⁷, tentamos oferecer uma interpretação do argumento inicial do poema a partir do exemplo (5). Neste trabalho, sugerimos que Parmênides, realizando uma tarefa antes metodológica do que metafísica em um sentido mais amplo foi o primeiro filósofo que pensou a predicação como a forma básica do discurso filosófico. Para isso, propusemos uma leitura puramente predicativa da enunciação das duas vias no fragmento B2 e uma interpretação dos *sinais* (σήματα) do *ser*, no fragmento B8, não como características do Ser, com maiúscula, isto é, do ser metafísico, mas do *ser* do juízo que introduz assertividade, utilizados como recursos *poéticos* para enfatizar que o que estava em jogo era uma busca ou mesmo uma instauração de uma nova sintaxe, entendida então como uma espécie de asserção forte, mais apropriada para veicular o conhecimento científico e filosófico então nascente.

Um dos elementos fundamentais para a compreensão desta transformação é a função do verbo grego *ser* nas construções predicativas, que denota não exatamente um ato, um evento ou uma presença, conforme alguns estudiosos

16 Para mais informações a esse respeito, consultar o *The Route of Parmenides* (Las Vegas: Parmenides Publishing, 2007), em especial o capítulo 3, intitulado *The Vagueness of What-is-not* e também o livro de Patricia Curd intitulado *The Legacy of Parmenides* (Las Vegas: Parmenides Publishing, 2004).

17 Huguenin, Rafael. *Sugestões para a Interpretação do Poema de Parmênides*. In: *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 36, n. 115, 2009:197-218.

sugerem serem seus sentidos primários ou originários, mas tão somente uma espécie de operação de composição ou simplesmente de ligação entre dois elementos, indicando uma relação de composição ou de unidade de complexos que é, ao mesmo tempo, abstrata e imutável¹⁸. Neste ponto, relacionamos o poema de Parmênides com certas assunções subjacentes aos usos antigos do verbo ser, assunções estas que Parmênides tentava superar associando aos usos do verbo um caráter rígido, fixo e imutável. Como se sabe, no fragmento B8 a noção de ser é caracterizada como algo: (a) *ingênito* (ἀγένητον) e *indestrutível* (ἀνώλεθρόν); (b) uno (ἕν), *todo do mesmo* (ὁμοῦ πᾶν), isto é, homogêneo ou simplesmente indivisível; (c) *imóvel* ou *estável* (ἀτρεμῆς); (d) completo ou sem fim (τέλειον). Nos fragmentos B3 e B6, temos uma assimilação entre as noções de *ser*, de *linguagem* (λέγειν) e de *pensamento* (νοεῖν). Ora, é justamente com base na assimilação destes aspectos que tentaremos salientar as relações entre Frege e Parmênides. Em alguns de seus trabalhos, o autor de *Begriffsschrift* parece caracterizar a noção de pensamento de modo muito semelhante à maneira como Parmênides caracteriza as noções fundamentais de seu poema filosófico.

II

Dependendo da forma como interpretamos os termos envolvidos nas formulações dos dois filósofos, não seria inapropriado sugerir que Parmênides e Frege caracterizam certas noções centrais de seus pensamentos a partir de intuições semelhantes, sobretudo no que diz respeito às relações que ambos estabelecem entre as noções de *pensamento*, *ser*, *verdade*, *predicação* e *asserção*. No entanto, antes de nos lançarmos à tarefa, deveras arriscada, de avaliar estas semelhanças mesmas, devemos fazer algumas ressalvas. Levando em conta o grau de refinamento técnico e complexidade que caracteriza o pensamento de Frege, compará-lo com Parmênides, que exerceu sua atividade nos primórdios do pensamento filosófico, seria algo temerário. Pensamos aqui, em especial, nos recursos formais utilizados por Frege e na sua hierarquia

18 Owen, em seu artigo *Plato and Parmenides on the Timeless Present* também chama atenção para este ponto: "the fact that a grammatical tense can be detached from its tense-affiliations and put to a tenseless use is something that must be discovered at some time by somebody or some set of people" (In: *Logic, Science, and Dialectic*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1986:27). O uso do verbo *ser* para este fim é destacado por Havelock: "the verb to be used to connect them must be invested with the function of denoting not an act, or an event, but a relationship which is both logical and static, or, as Plato would say, 'immovable.'" (*The Greek Concept of Justice: From its shadow in Homer to Its Substance in Plato*. Cambridge: Harvard University Press, 1978:233).

ontológica, que não encontra paralelo na filosofia antiga¹⁹. Mas, se o interesse de Parmênides era mais restrito, como defendemos, então podemos comparar suas intuições sobre certas noções com as intuições de Frege. Afinal, em alguns de seus trabalhos, o autor de *Sobre o Sentido e a Referência* parece abandonar por alguns momentos a ênfase nos aspectos formais da linguagem, abordando questões que dizem respeito à linguagem humana em geral.

Ora, um dos textos de Frege que mais pode ser utilizado em apoio à presente investigação são as chamadas *Investigações Lógicas*²⁰ (*Logischen Untersuchungen*). Esta obra é composta por quatro textos específicos (a saber, *O Pensamento*, *A Negação*, *Pensamentos Compostos* e *Generalidade Lógica*). Escritos a partir de 1914, quando Frege começa a duvidar do alcance de sua tese logicista, esta obra nos revela um Frege trabalhando em uma perspectiva menos formal, mais exploratória e filosófica. Estes ensaios foram concebidos em grande parte como um ataque à utilização de noções psicológicas e subjetivas na lógica e na fundamentação da matemática. Nas palavras do próprio Frege, trata-se de “impedir que se apaguem as fronteiras entre a psicologia e a lógica”²¹. Além disso, se levarmos em conta, com David Bell, que, nestes textos, Frege “está primariamente interessado na possibilidade da comunicação humana (...) e não na construção de uma notação apropriada para a dedução e a expressão das ‘verdades de razão’”²², então a comparação com Parmênides de Eléia não é de todo inapropriada.

Em *O Pensamento* (*Der Gedanke*), por exemplo, Frege caracteriza a noção de pensamento em termos quase parmenídeos. Após afirmar, “sem querer dar uma definição”, que pensamento é “algo sobre o qual se pode perguntar pela verdade”²³, Frege caracteriza o pensamento como um tipo de entidade eterna, incriada, imutável e não passível de alteração pela atividade humana. Ou seja, pensamentos não existem nem no mundo material externo nem nas consciências subjetivas, mas em uma espécie de “terceiro domínio”. Segundo um exemplo do próprio Frege: “o pensamento que expressamos no teorema de Pitágoras é intemporalmente verdadeiro, verdadeiro independentemente do

19 Ver, a esse respeito, o Epílogo do segundo volume de *Logical Forms* (Campinas: Unicamp/CLE, 2005), em especial os comentários da página 471 e 472, que sustentam que Frege, ao introduzir sua hierarquia de funções e objetos, realizou a primeira tentativa coerente de estruturar as formas lógicas e matemáticas.

20 Frege, Gottlob. *Investigações Lógicas e outros Ensaios* (1919). Org., trad. e notas de Paulo Alcoforado. In: *Cadernos de Tradução*, n. 7. São Paulo: USP, 2001.

21 Frege, Gottlob. *Investigações Lógicas e outros Ensaios* (1919). Org., trad. e notas de Paulo Alcoforado. In: *Cadernos de Tradução*, n. 7. São Paulo: USP, 2001:10.

22 Bell, David. *Frege's Theory of Judgement*. New York: Oxford University Press, 1979:108.

23 Frege, Gottlob. *Investigações Lógicas e outros Ensaios* (1919). Org., trad. e notas de Paulo Alcoforado. In: *Cadernos de Tradução*, n. 7. São Paulo: USP, 2001:13.

fato de que alguém o considere verdadeiro ou não”²⁴. Além disso, mais adiante no mesmo texto, a noção de pensamento é também caracterizada como algo “intemporal, eterno e imutável”²⁵. Como compreender esta eternidade e imutabilidade? Como devemos compreender este terceiro domínio? Ao invés de compreendê-lo ao modo de um platonismo vulgar, como uma espécie de “outro mundo”, podemos entender este domínio como um conjunto de pensamentos completamente independente das ideias subjetivas e dos objetos do mundo exterior, ou seja, um domínio que se caracteriza sobretudo por sua objetividade. Neste sentido, falar em um “terceiro domínio” é falar simplesmente em uma espécie de paradigma de objetividade.

Mesmo pertencendo a um “terceiro domínio”, a um domínio imperceptível aos nossos sentidos, “o pensamento (...) veste-se com a roupagem perceptível da sentença”²⁶. Os pensamentos, portanto, são expressos por sentenças. Sentenças podem ser vistas, assim, como a expressão sensível de pensamentos. Mais especificamente, os pensamentos são, segundo Michael Dummett, “os sentidos de sentenças indicativas”²⁷. Se levarmos em conta o seu caráter fortemente objetivo, eterno e imutável, devemos assumir então que os pensamentos se expressam por meio de um tipo específico de sentença, chamadas sentenças eternas. Deste modo, a própria noção de pensamento se define a partir da noção de sentença. Neste ponto, no entanto, a análise de Frege é extremamente refinada, o que nos obriga a expor brevemente as distinções que ele leva em conta.

Segundo Frege, uma sentença assertiva contém dois elementos: o conteúdo e a asserção. O conteúdo, para Frege, “é o pensamento, ou pelo menos contém o pensamento”. Como é possível “expressar um pensamento sem apresentá-lo como verdadeiro”²⁸, podemos distinguir um outro elemento na sentença, a asserção. A asserção apresenta o pensamento como verdadeiro ou falso. Esta dupla distinção, quase imperceptível na linguagem natural, tem raízes profundas na obra de Frege. Em *Begriffsschrift*, estas noções recebem notações distintas. A barra horizontal “—”, chamada de *barra de conteúdo* (content-stroke), tem a função de combinar “os símbolos que seguem em um todo”²⁹. A barra vertical “|”, chamada *barra de juízo* (judgment-stroke),

24 Ibid., p. 25.

25 Ibid., p. 35.

26 Ibid., p. 13.

27 Dummett, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. New York: Harper & Row, 1973:365.

28 Frege, Gottlob. Op. cit. 2001, p. 15.

29 Frege, Gottlob. *Begriffsschrift* (1879). Trad. por P. T. Geach. In: *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Edited by Geach, P. and Black, M. Oxford: Blackwell, 1960:2.

exerce o papel de asserir ou simplesmente “relatar (relates) o todo assim formado”³⁰. Deste modo, para utilizarmos um exemplo do próprio Frege, se expressão “ $\vdash A$ ” simboliza a asserção completa “pólos magnéticos opostos se atraem”, a expressão “ $- A$ ” simboliza apenas um “mero complexo de ideias”³¹, ou seja, algo como “a circunstância de que pólos magnéticos se atraem” ou ainda “a proposição segundo a qual pólos magnéticos se atraem”. Sendo assim, a *barra de conteúdo* indica que A representa um pensamento, uma proposição ou um mero complexo de ideias, que se refere a um valor de verdade. A barra de juízo, por sua vez, indica a asserção de A , ou seja, apresenta A como verdadeiro ou falso, diz que A é o caso. Em outras palavras, a barra de juízo tem a função de indicar o que Frege chama de força assertiva.

Grande parte destas distinções feitas por Frege aplica-se a contextos específicos, relativos à construção de uma linguagem formalizada. Por outro lado, em seu poema, Parmênides enfrenta outro tipo de problemas, problemas estes que dizem respeito à constituição e fundamentação do discurso filosófico. Apesar destas diferenças, no entanto, encontramos em ambos os filósofos uma preocupação em garantir a objetividade de seus discursos. No caso de Parmênides, a linguagem natural era o único ponto de partida para o seu discurso filosófico. Mas, conforme já afirmamos algumas linhas acima, nas *Investigações Lógicas* a preocupação de Frege era mais geral e abrangente, dizendo respeito à linguagem e ao pensamento como um todo, o que justifica a abordagem aqui proposta.

Será possível, então, falar em força assertiva na linguagem natural? Qual é, então, a marca assertiva na linguagem natural? Que componente de uma frase assertiva da linguagem natural exerce a função de indicar a força assertiva? Em algumas passagens, Frege sustenta que a força assertiva não é expressa por nenhuma expressão específica. Segundo ele, “expressamos o reconhecimento da verdade sob a forma de uma sentença assertiva. Para isso, não precisamos da palavra ‘verdadeiro’. E mesmo quando dela fazemos uso, a força assertiva não se encontra propriamente nela, mas na forma da sentença assertiva”³². Como compreender esta passagem? O que significa afirmar que, na linguagem natural, a força assertiva é dada pela forma da sentença? Para David Bell³³, isto só pode significar que toda sentença proferida no modo indicativo é naturalmente assertiva.

30 Ibid., p. 2.

31 Ibid., p. 2.

32 Frege, Gottlob. *Investigações Lógicas e outros Ensaíos* (1919). Org., trad. e notas de Paulo Alcoforado. In: *Cadernos de Tradução*, n. 7. São Paulo: USP, 2001:15-16.

33 Bell, David. Op. cit. 1979:120.

Segundo Michael Dummet, há uma espécie de convenção geral determinando que, toda vez que proferimos uma sentença assertiva, somos interpretados como se estivéssemos afirmando que esta sentença é verdadeira. Segundo este autor, “o elemento adicional” que indica esta força assertiva de uma sentença é a própria “convenção que governa os seus empregos para fazer asserções”³⁴. Como já mencionamos acima, Frege sustenta que, na linguagem natural, a força assertiva é dada pela forma da sentença. Ora, para que um dado proferimento possa ser reconhecido como um caso específico de asserção, reconhecido por convenção, ele deve assumir a forma específica de uma asserção. Mesmo que Frege, em algumas passagens, não tenha se preocupado em destacar um elemento específico que carrega a força assertiva, na linguagem natural este papel é exercido tradicionalmente pelos usos do verbo ser no indicativo presente. O próprio Frege parece indicar isto em outro texto.

Em um pequeno artigo intitulado “Dezessete sentenças básicas da lógica” (*17 Kernsätze sur Logik*), que, apesar de não integrar as *Investigações Lógicas*, foi escrito no mesmo período, Frege indica as relações entre o uso predicativo do verbo ser e o pensamento: “a expressão linguística para o que é característico do pensamento é a cópula ou a terminação pessoal do verbo”³⁵. Ou seja, a cópula é vista como uma espécie de critério gramatical para a expressão de um pensamento na linguagem natural. Frege não afirma explicitamente que a cópula também indica, além do pensamento, também a asserção. Mas nos parece claro que, se esta força assertiva é dada por convenção, algo na sentença deve possibilitar o seu reconhecimento como uma sentença sobre a qual recai o conhecimento de uma convenção. Na verdade, na linguagem natural, na qual, apesar da possibilidade, nem sempre distinções apropriadas são feitas, os dois elementos que destacamos algumas linhas acima (o conteúdo e a asserção) se sobrepõem. Assim, a sentença, que tem como elemento básico a cópula, é a expressão linguística de um pensamento e também da asserção do valor de verdade deste pensamento mesmo.

Talvez esteja fora de questão afirmar que Parmênides possui, escondidos em algum lugar de seus versos, estas distinções elaboradas por Frege. Como afirmamos no início do artigo, nosso principal interesse é iluminar, a partir da comparação da reflexão de dois grandes filósofos sobre o mesmo tema, um questão fundamental da filosofia, a saber, as relações entre ser, predicação e

34 Dummet, Michael. Op. cit. 1973:305.

35 Frege, Gottlob. *Dezessete sentenças básicas da lógica*. In: *Investigações Lógicas e outros Ensaios* (1919). Org., trad. e notas de Paulo Alcoforado. In: *Cadernos de Tradução*, n. 7. São Paulo: USP, 2001:95.

pensamento. Se quiséssemos, no entanto, estabelecer uma comparação *vis-à-vis* entre Parmênides e Frege, deveríamos dizer que, no anúncio da via positiva em B2, os usos do verbo ser têm a função não apenas de indicar uma dada conexão imutável e eterna de dois elementos em uma dada predicação científica ou filosófica (o pensamento), mas também a de indicar que esta conexão, em termos parmenídicos, “acompanha a verdade” (ἀληθείη γὰρ ὀπιθεῖ, B2.4), ou seja, que ela é o caso (a asserção). Em *Sugestões para a Interpretação do Poema de Parmênides*, sustentamos que o verbo ser exercia justamente a função de introduzir assertividade, indicando de modo mais objetivo, claro e fixo a ligação entre os dois elementos da predicação, como se a via da verdade conduzisse do plano do pensamento para o plano do objetivo.

Conclusão

Talvez existam mais diferenças do que semelhanças entre Parmênides e Frege, entre o poema *Sobre a Natureza* e as *Investigações Lógicas*. Em vista do objetivo visado pelo presente artigo, no entanto, apenas uma semelhança justifica a abordagem aqui proposta. Ambos os filósofos se caracterizam pela objetividade que orienta os seus métodos e propósitos. Quando falamos em objetividade, não estamos nos preocupando apenas com a plausibilidade ou a coerência de uma teoria ou de um relato, mas principalmente com a verdade destes relatos e teorias. Entre estas duas coisas, fazemos uma espécie de transição para um plano mais objetivo. Em *Sentido e Referência*, Frege sustenta que, “em todo juízo – mesmo o mais evidente – o passo do plano dos pensamentos para o plano das referências (do objetivo) já foi dado”³⁶. Ou seja, quando julgamentos são formulados e asseridos, fazemos uma passagem do nível do pensamento (sentido) para o nível do objetivo (referência), uma vez que um julgamento não consiste apenas na compreensão do que é veiculado pelo pensamento, mas em sua aceitação ou acolhimento como pensamentos verdadeiros. Mesmo que seja inviável extrair estas distinções do poema de Parmênides, podemos, ao menos, sustentar com segurança que, quando Parmênides sustenta que o que “é” deve ser encarado como algo eterno, imutável e assim por diante, ele está iniciando uma via filosófica que conduzirá até Frege.

36 Frege, Gottlob. *Sobre o Sentido e a Referência* (1892). In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978:69.

Referências bibliográficas

- BELL, David - *Frege's Theory of Judgement*. New York: Oxford University Press, 1979.
- BROWN, Lesley - *The Verb 'to be' in Greek philosophy: some remarks*. In: EVERSON, Stephen (ed.). *Language. Companion to ancient thought 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 212-236.
- BURNET, John - *Early Greek Philosophy*. New York: Meridian Books, 1957.
- CALOGERO, Guido - *Studi sull' eleatismo*. Rome: Tipografia del Senato, 1932
- CHATEAUBRIAND, Oswaldo - *The Truth of Thoughts: Variations on Fregean Themes*. In: GREIMANN, Dirk (ed.). *Grazer Philosophische Studien, Essays on Frege's Conception of Truth*. n. 75, v. 1, 2007, p. 119-215.
- _____ - *Logical Forms*. Campinas: Unicamp/CLE, 2005.
- DIELS, H. & KRANZ, W. - *Die Fragmente der Vorsokratiker*. 3 vols. Berlin: Weidmann, 1974.
- DUMMET, Michael - *Frege: Philosophy of Language*. New Work: Harper & Row, 1973.
- FERREIRA, Fernando - *On the Parmenidean Misconception*. In: *Philosophiegeschichte und logische Analyse*, 2, 1999, p. 37-49.
- FRÄNKEL, Herman - *Studies in Parmenides*. In: Allen, R. E. and Furley, D. J. - *Studies in Presocratic Philosophy: The Eleatic and Pluralist*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975, p. 1-46.
- FREGE, Gottlob - *Investigações Lógicas e outros Ensaios*. Org., trad. e notas de Paulo Alcoforado. In: *Cadernos de Tradução*, n. 7. São Paulo: USP, 2001.
- _____ - *Begriffsschrift*. Trad. por P. T. Geach. In: *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Edited by Geach, P. and Black, M. Oxford: Blackwell, 1960.
- _____ - *Sobre o Sentido e a Referência*. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.
- FURTH, Montgomery - *Elements of Eleatic Ontology*. In: IRWIN, Terence (ed.). - *Philosophy Before Socrates*. New York: Garland Publishing, 1995, p. 263-284.
- GUTHRIE, W. K. C. - *A History of Greek Philosophy*. 6 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1977-1981.
- HAVELOCK, Eric - *The Greek Concept of Justice: From its shadow in Homer to Its Substance in Plato*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- HUGUENIN, Rafael - *Sugestões para a Interpretação do Poema de Parmênides*. In: *Síntese – Revista de Filosofia*, v. 36, n. 115, 2009, p. 197-218.
- IGLESIAS, Maura - *A Relação entre o Não Ser como Negativo e o Não Ser como Falso no Sofista de Platão*. In: *O que nos faz pensar*, n. 11, v. 2, 1997, p. 5-44.
- MEIXNER, Uwe - *From Plato to Frege: Paradigms of Predication in the History of Ideas*. In: *Metaphysica. International Journal for Ontology and Metaphysics*, n. 10, 2009, p. 199-214.

MOURELATOS, Alexander - *The Route of Parmenides*. Las Vegas: Parmenides Publishing, 2008.

_____ - *Some Alternatives in Interpreting Parmenides*. In: *The Monist*, v. 62, 1979, p. 111-132.

OWEN, G. E. L. - *Plato and Parmenides on the Timeless Present*. In: *Logic, Science, and Dialectic*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1986, p. 27-44.

RYLE, Gilbert - *Expressões Sistemáticamente Enganadoras*. In: *Ensaaios (Coleção Os Pensadores)*. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

VLASTOS, Gregory - *Introduction*. In: *Plato I. A Collection of Critical Essays: Metaphysics and Epistemology*. Notre Dame: University of Notre Dame, 1978.